

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 8.889, DE 2017

Apensado: PL nº 9.700/2018

Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Autor: Deputado PAULO TEIXEIRA

Relatora: Deputada BENEDITA DA SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, do Senhor Deputado Paulo Teixeira, dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Esse é o teor da ementa e do art. 1º. O *caput* do art. 2º apresenta os conceitos de conteúdo audiovisual, modalidade avulsa de programação, provimento de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD), produtora, produtora brasileira, produtora brasileira independente e provedora de conteúdo audiovisual por demanda, sendo que o parágrafo único define o que não são provedoras de conteúdo audiovisual por demanda.

O art. 3º determina que é competência da Agência Nacional do Cinema (Ancine) a regulação e a fiscalização do CAvD, bem como o credenciamento das provedoras, estabelecendo, também, em seu § 3º, que “todos os agentes deverão prestar informações à agência quando solicitadas, incluindo dados sobre a oferta e o consumo de conteúdos audiovisuais, assim como sobre as receitas auferidas no desempenho de suas atividades”. O art. 4º estabelece os princípios que o CAvD deve seguir, nos cinco incisos do *caput*, aos quais o parágrafo único determina que “adicionam-se aos princípios previstos nos incisos deste artigo aqueles estabelecidos na Convenção sobre a

Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 485, de 20 de dezembro de 2006”.

O art. 6º estabelece que a lei se aplica “a todos os agentes econômicos que disponibilizam acesso a conteúdos audiovisuais por meio de comunicação audiovisual por demanda a usuários residentes no Brasil com conteúdo direcionado ao público brasileiro, independentemente da localização de sua sede ou de sua infraestrutura para prestação do serviço”. No entanto, o parágrafo único abre três exceções a essa regra: I – serviços de comunicação audiovisual por demanda que se destine precipuamente à oferta de conteúdos jornalísticos; II – serviços cuja oferta de conteúdos audiovisuais seja incidental ou acessória ao provimento de conteúdos textuais ou sonoros; e III – serviços que sejam operados sob a responsabilidade de algum dos Poderes constituídos da República Federativa do Brasil.

Pelo art. 7º, “o catálogo de títulos ofertados por provedora de conteúdo audiovisual por demanda deverá incluir um número de títulos produzidos por produtora brasileira, determinado pela Ancine, considerando a capacidade econômica de cada provedora, sua atuação no mercado brasileiro e a produção total de títulos brasileiros nos cinco anos precedentes”. Da cota para cada provedora, 50% será composta de obras produzidas por produtora brasileira independente, devendo ter caráter progressivo, não inferior a 2% do total de horas do catálogo ofertado para empresas com receita bruta anual até R\$ 3,6 milhões e patamar mínimo 20% para empresas com receita bruta anual acima de R\$ 70 milhões. De acordo com o § 3º, “estão excluídas das obrigações dispostas no item anterior as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

O art. 8º trata da proeminência, indicando que “os mecanismos de catalogação e seleção postos pela provedora” deverão assegurar destaque a conteúdo de produtoras brasileiras, oferecendo destaque a suas obras (dos vários gêneros ou categorias), de modo a assegurar proeminência em relação ao restante do catálogo, na forma do regulamento.

O art. 9º altera o texto da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, nos seguintes termos:

“Art. 1º

§ 4º

III - provedoras de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD): empresas de que trata lei específica sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda.”

“Art. 33

IV – receita da empresa, aplicando-se quotas estabelecidas progressivamente, iniciando em 0% para a parcela de receita bruta anual até R\$ 3,6 milhões e tendo como limite 4% para a parcela de receita bruta anual acima de R\$ 70 milhões, sobre a receita bruta das vendas e serviços, decorrente de operações realizadas no País, no caso de provedoras de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD).

§ 3º

III - a cada ano, para os serviços a que se referem os incisos III e IV do caput deste artigo.

§ 6º As provedoras de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) poderão descontar até 30% (trinta por cento) do valor devido a título de CONDECINE, recolhido na forma do inciso IV do caput, para aquisição de direitos ou em projetos de produção ou co-produção de obras cinematográficas ou videofonográficas brasileiras de produção independente, na forma do regulamento. § 7º Parcela de 30% (trinta por cento) dos recursos recolhidos na forma do inciso IV do caput serão destinados a produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões

Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme critérios e condições estabelecidos pela Ancine”. (NR)

Nos termos do art. 10, os provedores do Serviço de Comunicação Audiovisual por demanda devem explicitar ao usuário a classificação indicativa dos conteúdos por ele fornecidos, bem como disponibilizar aos usuários meio eletrônico que permita o bloqueio da visualização de conteúdos audiovisuais, de acordo com as faixas etárias a que se recomende. De acordo com o art. 11, a Ancine regulamentará a obrigação de disponibilização de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS nos conteúdos audiovisuais disponibilizados ao consumidor do serviço de comunicação audiovisual por demanda.

O art. 12 estabelece as penalidades para o descumprimento da lei, quais sejam, advertência, multa, suspensão temporária do credenciamento e cancelamento do credenciamento, sendo considerados eventuais agravantes, descritos nos três primeiros parágrafos, os valores mínimo e máximo das multas e sua dosimetria nos §§ 4º e 5º, e o detalhamento da aplicação da penalidade de suspensão temporária do credenciamento. O art. 13 determina que, a partir da entrada em vigor da lei, as empresas terão 180 dias para se credenciar junto à Ancine.

O Projeto de Lei nº 9.700, de 2018, da Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto, dispõe sobre repetições de conteúdos nos canais de programação no Serviço de Acesso Condicionado — televisão por assinatura —, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. A proposição estabelece que a Ancine deverá regulamentar a matéria, por meio da inserção, no art. 10, de § 4º, nos seguintes termos: “regulamentação da Ancine disporá acerca da repetição de conteúdos nos canais de programação, que deverá levar em consideração, além dos princípios previstos no artigo 3º, a natureza econômica da atividade de programação e o interesse dos assinantes”.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Cultura (CCult), de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI), de

Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Foram apresentadas três emendas no prazo regimental, todas do Senhor Deputado Paulo Teixeira.

A Emenda nº 1 tem a intenção de incluir novo artigo, onde couber, à proposição, nos seguintes termos:

“Art. As empresas provedoras de conteúdo audiovisual por demanda deverão oferecer tais serviços em condições isonômicas para qualquer empresa provedora de conexão de Internet ou responsável pela distribuição de tais serviços, sendo vedados acordos ou práticas de exclusividade.

§ 1º – A fim de garantir o cumprimento do previsto no caput, empresas que sejam ao mesmo tempo provedoras de conteúdo audiovisual por demanda e provedoras de conexão à Internet deverão garantir a separação funcional dessas atividades.”

A Emenda nº 2 suprime a expressão “predominantemente” do inciso III do parágrafo único do art. 2º da proposição.

A Emenda nº 3 pretende acrescentar, onde couber, o seguinte artigo à proposição:

“Art. A regulação e fiscalização da atividade de comunicação audiovisual por demanda incidirá sobre os serviços com fins econômicos que sejam ofertados ao consumidor mediante remuneração, em qualquer suporte tecnológico e em qualquer modelo de distribuição de conteúdo audiovisual, inclusive mídia social e redes sociais, nas seguintes modalidades:

1. Acesso gratuito ao usuário com receita auferida pelo prestador do serviço proveniente de publicidade.
2. Acesso condicionado ao pagamento pelo usuário de assinatura ou subscrição de qualquer tipo.
3. Acesso condicionado ao pagamento pelo usuário para compra ou aluguel de conteúdo de qualquer tipo.

§1º são isentos de regulação e fiscalização os serviços de disponibilização por tempo determinado de conteúdo televisivo em plataforma de CAVD (Catch Up TV) e os conteúdos gerados por usuários pessoas naturais (User-Generated Content) sem fins econômicos, na forma do regulamento estabelecido pela Ancine.

§2ª a Ancine poderá incluir no escopo da regulação e da fiscalização outras modalidades de acesso que porventura venham a ser desenvolvidos e que impliquem em remuneração ao prestador de serviço de CAVD.

§3º os conteúdos gerados por usuários pessoas naturais (User-Generated Content) que venham a associar ou inserir publicidade de qualquer forma em seus conteúdos deverão consultar previamente a Ancine sobre a isenção de recolhimento de tributos e exclusão do escopo da regulação e fiscalização.

§4º a Ancine deverá se manifestar sobre a solicitação referida no parágrafo 3º deste artigo no prazo máximo de trinta dias.”

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A provisão de Conteúdo Audiovisual por Demanda (CAVD), tradução da expressão em inglês *Video on Demand (VoD)*, consiste em uma das ferramentas de comunicações centrais da atualidade. É importante lembrar que há três modalidades de CAVD, que são herdeiros de outros suportes comunicacionais surgidos anteriormente: o CAVD transacional, que consiste em aluguel ou compra de título (equivalente ao DVD e, antes, às fitas de videocassete); o CAVD que cobra mensalidade por produto licenciado mediante contrato, caso típico de empresas tais como Netflix e similares (esta guarda similaridades com a TV a cabo); e o CAVD por anúncio, caso bem ilustrado pela plataforma Youtube (que guarda certa equiparação em relação à TV aberta).

No CAVD transacional, o fundamental é a **proeminência**, ou seja, o destaque na primeira página ou a facilidade de acesso imediato para o consumidor. A proeminência no CAVD é boa prática da qual a União Europeia não abre mão. Não há razão para sua não adoção em nosso contexto. No CAVD que cobra mensalidade por produto licenciado, não apenas a proeminência é fundamental, mas também a determinação de que uma parte do faturamento seja dedicada a produções brasileiras e, entre elas, produções independentes. Sem esse mecanismo, o mercado interno fica em condições altamente desfavoráveis de competição, em função da assimetria de recursos e do volume das produções estrangeiras.

Além da proeminência, é necessário garantir investimento para os produtores nacionais do setor e estabelecer instrumentos de justiça tributária em relação a outros setores do audiovisual. Pode-se dizer que o CAVD deve sustentar-se em tripé que guarde correlação com mecanismos já tradicionais em outros meios: cota de tela (presente nas regras da OMC, o que mostra sua legitimidade, não apenas em âmbito nacional, mas internacional); estímulo à produção brasileira; e a já mencionada proeminência do conteúdo nacional.

No entanto, em lugar de cota percentual sobre o quantitativo de títulos, cabe a determinação de um investimento qualificado sobre o faturamento, que faz mais sentido para o CAVD. No exemplo já vigente para o cinema, a cota de tela, em torno de 14% hoje, tem correspondência similar, um pouco menor, da participação de mercado do produto nacional. Do mesmo modo, o investimento baseado no faturamento, para o caso do CAVD, tem o condão de promover, com instrumento mais adequado ao meio, efeito positivo similar ao da cota de tela cinematográfica, sem desestruturar ou prejudicar o modelo de negócio dos ofertantes de CAVD.

Quanto ao Projeto de Lei nº 9.700, de 2018, das Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto, o texto dispõe sobre repetições de conteúdos nos canais de programação no Serviço de Acesso Condicionado — televisão por assinatura —, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. A proposição estabelece que a Ancine deverá regulamentar a matéria.

Foram apresentadas três Emendas à proposição, todas do Senhor Deputado Paulo Teixeira. A Emenda nº 1 tem a intenção de inserir dispositivo que garanta a concorrência no mercado de conteúdo audiovisual por demanda, de modo que esses serviços não sejam oferecidos exclusivamente a empresas fornecedoras de conexão à *internet*, sendo obrigatória a separação funcional de ambas as atividades caso uma mesma empresa ofereça os dois serviços mencionados. A Emenda nº 2 suprime o termo “predominantemente” do inciso III do parágrafo único do art. 2º da proposição, conferindo maior adequação e precisão ao dispositivo. As Emendas nº 1 e nº 2 são apropriadas e merecem ser acatadas.

A Emenda nº 3 efetua o regramento de quais serviços serão objeto de regulação e fiscalização, em essência isentando apenas aqueles serviços que não contiverem publicidade ou que não tiverem fins econômicos ou lucro. A Emenda é pertinente, porém precisa ter sua redação aperfeiçoada.

Diante do conjunto de proposições, o desafio principal é aglutiná-las e compatibilizá-las, de modo que não haja superposição e eventual contradição em relação à Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 — Lei do Serviço de Acesso Condicionado (Lei do SeAC) —, bem como ajustar as disposições tributárias constantes na MP da Ancine, uma vez que a matéria tratada nas proposições em exame guarda estrita pertinência com as temáticas da Lei do SeAC e da MP da Acine.

Por essa razão, cabe transportar, com as devidas adaptações pertinentes, o teor dos Projetos de Lei, das Emendas e de outras contribuições da sociedade civil e segmentos do mercado audiovisual, na forma de inclusões no texto da Lei do SeAC e da MP da Ancine, razão pela qual apresentamos Substitutivo nesse sentido.

A Lei do SeAC dispõe sobre a distribuição paga de conteúdos audiovisuais em diversas modalidades, entre as quais a oferta de canais em pacotes, de canais para venda avulsa e de conteúdos avulsos em horários previamente definidos pela programadora (*pay-per-view* em canal). Como o PL nº 8.889/17 institui uma nova modalidade de programação (a formatação de conteúdos em catálogo) e dispõe sobre uma modalidade já expressamente disciplinada pela Lei do SeAC (canais avulsos), é mais adequado alterar a Lei

nº 12.485/2011, e não criar uma lei autônoma sobre o assunto. Do contrário, ressalta-se que incorreríamos no risco de regular um mesmo serviço — a oferta de canais avulsos — por meio de duas legislações distintas, situação que, em futuro próximo, poderia causar previsível e desnecessária insegurança jurídica.

Além disso, é oportuno lembrar que a Lei do SeAC é uma norma de inquestionável sucesso na promoção do setor do audiovisual e, de maneira mais ampla, da área da cultura, tendo contribuído sensivelmente para o crescimento do mercado brasileiro de audiovisual e de produções independentes nos últimos anos. Sendo assim, sua alteração nada mais representa do que a necessária adaptação da legislação em vigor ao novo ambiente de mercado que se descortinou a partir da emergência das novas plataformas de distribuição de conteúdos audiovisuais a assinantes, a exemplo do *streaming*.

A opção pela alteração da Lei do SeAC é a mais indicada também do ponto de vista da boa técnica legislativa, ao evitar que uma nova lei preveja remissões a definições e comandos que já se encontram plenamente consolidados em outro diploma legal, como ocorre no PL nº 8.889/2017.

No entanto, para que a Lei do SeAC seja capaz de recepcionar os aperfeiçoamentos propostos pelo PL nº 8.889/2017, é necessário promover modificações em seus conceitos. Tal ajuste é necessário para evitar que as definições estabelecidas originalmente para o “Serviço de Acesso Condicionado” e para a atividade de “distribuição” levem à questionável interpretação de que o alcance da Lei do SeAC se estende apenas aos conteúdos distribuídos diretamente por meio de serviço de telecomunicações, não abrangendo, portanto, a *internet*. Para esclarecer definitivamente essa questão, no Substitutivo, consolidamos na Lei do SeAC o entendimento de que a distribuição paga de conteúdos audiovisuais pode ser feita tanto por operadoras de telecomunicações, quanto por provedores de aplicações de internet.

Além disso, como na legislação brasileira já está sedimentado o entendimento de que a atividade de provimento de aplicações de *internet* não é enquadrada com serviço de telecomunicações, estabelecemos que a distribuição de conteúdos audiovisuais a assinantes, quando realizada pela

internet, será regulada pela Ancine, e não pela Anatel, cuja competência se restringe apenas aos serviços de telecomunicações.

O Substitutivo também introduz na Lei do SeAC o conceito de “*Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo*”, ou seja, a modalidade de conteúdos organizados em catálogo para fruição avulsa por parte do contratante, com ou sem cessão definitiva, que engloba tanto os modelos de negócios de oferta de conteúdos baseados na cobrança mensal quanto aqueles baseados na cobrança por transação. Essa alteração é necessária porque a Lei nº 12.485/2011 não inclui hoje, entre os serviços por ela disciplinados, a distribuição de conteúdos avulsos, à exceção daqueles ofertados na modalidade *pay-per-view*. Na MP da Ancine, o texto do PL nº 8.889/2017 é adaptado à ideia de efetuar cobrança de Condecine dos prestadores do SeAC que distribuírem conteúdos em catálogo, bem como criar mecanismo similar à isenção da Condecine Remessa para esse segmento.

Após a apresentação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.889/17 em 20 de setembro último, esta Comissão realizou novas reuniões técnicas com a participação de parlamentares e representantes da sociedade civil e dos principais agentes econômicos envolvidos com a matéria. O objetivo desses encontros foi receber e discutir novas propostas de aperfeiçoamento do texto elaborado. As principais questões debatidas nessas reuniões e incorporadas ao Substitutivo são abordadas a seguir.

1. Substituição da expressão “assinante” por “contratante”

Como o Substitutivo amplia o escopo dos formatos de contratação de conteúdos audiovisuais alcançados pela Lei nº 12.485/2011, na prática, a Lei do SeAC passará a disciplinar não somente os “serviços de TV por assinatura” tradicionais, mas também qualquer forma de distribuição paga de conteúdos audiovisuais por meios eletrônicos. Nesse novo contexto, modelos de negócios baseados na modalidade de contratação “por transação” (CAvD transacional, ou *t-VOD*) não pressupõem, necessariamente, a assinatura de um serviço, mas apenas o mero aluguel ou compra de título. Sendo assim, julgamos pertinente alterar o termo “assinante” por “contratante” nas diversas referências àquela expressão na Lei nº 12.485/11.

2. Extensão dos mecanismos de proeminência para canais avulsos

Com a tendência da ampliação da variedade dos modelos de negócio envolvendo a distribuição eletrônica de audiovisual, é essencial que os instrumentos de proeminência de conteúdos nacionais estabelecidos pela nova legislação abarquem não somente os títulos disponibilizados na forma de catálogo, mas também aqueles ofertados mediante canais avulsos. Por esse motivo, propomos a alteração do art. 23-C introduzido na Lei do SeAC.

3. Delimitação dos dispositivos da proposição aplicáveis às plataformas de CAVD por anúncio

No modelo proposto, a distribuição de conteúdos audiovisuais que for remunerada exclusivamente por anúncios (CAVD por anúncio, ou a-VOD) não será alcançada pela Lei nº 12.485/2011. É necessário, porém, assinalar duas importantes exceções. A primeira delas diz respeito à incidência da Condecine-Faturamento. Para conferir equidade entre os diversos segmentos econômicos do mercado eletrônico de audiovisual, julgamos pertinente que todos os agentes desse setor sejam submetidos à cobrança desse tributo, inclusive empresas cujo modelo de negócios seja baseado em CAVD por anúncio.

Essa determinação já está prevista no Substitutivo na alteração proposta no art. 33, V da MP nº 2.228-1/01, mas não consta expressamente do rol constante do art. 1º, § 2º, II da modificação proposta à Lei do SeAC. Por esse motivo, alteramos o art. 1º do Substitutivo anexo, de modo a evidenciar a decisão pela incidência da Condecine-Faturamento sobre a distribuição de conteúdos audiovisuais remunerada por meio de publicidade.

Além disso, entendemos que, para os serviços baseados em CAVD por anúncio, a não incidência dos demais dispositivos estabelecidos pelo projeto (tais como a obrigatoriedade dos instrumentos de proeminência de conteúdos nacionais e do cumprimento da política de estímulo a investimentos em produção brasileira) deve aplicar-se somente quando não houver seleção de conteúdos audiovisuais pelo próprio provedor do serviço. É o caso, por exemplo, de plataformas como a versão mais popular do Youtube, em que os usuários podem livremente postar conteúdos para acesso ao público em geral.

Desse modo, inserimos dispositivo que expressamente exclui esse tipo de serviços livres daqueles regulados pelo Substitutivo (à exceção da já mencionada incidência da Condecine-Faturamento). Por outro lado, serviços de provimento de conteúdo audiovisual remunerados por publicidade cuja seleção de conteúdos disponibilizados seja realizada pelo próprio provedor serão equiparados às demais atividades reguladas pela Lei do SeAC.

4. Política de incentivo à oferta de conteúdos audiovisuais brasileiros nos catálogos

No modelo proposto pelo Substitutivo anterior, a política de incentivo à oferta de conteúdos audiovisuais brasileiro nos catálogos era estabelecida com base na obrigatoriedade da disponibilização de determinado percentual de obras nacionais no catálogo. Ainda segundo o modelo, esse percentual seria variável conforme o faturamento da programadora. Porém, após analisar sugestões encaminhadas a esta Relatora, optamos pela adoção de outro sistema, que obriga as distribuidoras de conteúdos formatados em catálogo a aplicar anualmente o equivalente a 10% do seu faturamento no licenciamento ou investimento direto em produção de conteúdo brasileiro. Com essa medida, reduz-se o risco da formatação de catálogos com conteúdos introduzidos com o mero objetivo de cumprir a obrigação legal instituída, sem compromisso primordial com a qualidade da produção.

5. Gradação progressiva da implementação da política de estímulo à disponibilização de conteúdo nacional nos catálogos

Acolhendo sugestão recebida por esta Relatora, sob o meritório argumento de que o mercado de audiovisual — tanto do lado da produção/programação, quanto da distribuição — precisará de um prazo para adaptar-se às novas obrigações estabelecidas pelo Substitutivo, propomos dispositivo que estatui gradação progressiva na implementação da política de conteúdo nacional nos catálogos, ao longo dos primeiros três anos de vigência na nova legislação. Ademais, estabelecemos que, em caso de comprovada impossibilidade do cumprimento integral das regras introduzidas pela nova política, o interessado poderá solicitar dispensa da obrigação à Ancine. Tais mecanismos também foram adotados quando da aprovação da Lei do SeAC,

em 2011, e foram fundamentais para que a legislação pudesse ser implantada de forma eficaz, sem sobressaltos.

6. Inclusão das definições de “Distribuidora por Serviço de Telecomunicações” e “Distribuidora por Serviço de Valor Adicionado”

No modelo proposto pelo Substitutivo anexo, evidenciou-se que a atividade de distribuição no mercado de comunicação audiovisual de acesso condicionado passará a ser exercida não somente por prestadoras de serviços de telecomunicações, mas também por provedores de aplicação na *internet*, mediante serviço de valor adicionado. No entanto, no art. 2º da Lei do SeAC do Substitutivo anterior, não haviam sido estabelecidas definições que diferenciasssem tais agentes. Por esse motivo, propomos introduzir nesse dispositivo os conceitos de “Distribuidora por Serviço de Telecomunicações” e “Distribuidora por Serviço de Valor Adicionado”, segregando essas diferentes modalidades do Serviço de Acesso Condicionado.

7. Eliminação das restrições de propriedade cruzada

Uma das principais polêmicas em torno da Lei do SeAC está assentada nas restrições de propriedade cruzada entre produtoras e programadoras de conteúdo e distribuidoras do Serviço de Acesso Condicionado. A matéria é inclusive objeto de conflitos jurídicos, a exemplo da contenda acerca da legalidade da oferta de canais de TV por assinatura na *internet*, sem interveniência direta de prestadora de serviço de telecomunicações. O Substitutivo elabora a questão, ao esclarecer que a distribuição de conteúdos pela *internet* é alcançada pela Lei do SeAC.

Porém, ocorre que, na forma em que o Substitutivo foi proposto anteriormente, a manutenção das restrições de propriedade cruzada estabelecidas na Lei do SeAC inviabilizaria modelos de negócio de distribuição de conteúdos audiovisuais praticados por empresas como Netflix e Amazon, além de condenar à ilegalidade os provedores de aplicações de *internet* que distribuem canais a assinantes sem interveniência de operadoras de telecomunicações. Para superar esse problema, propomos a supressão dos arts. 5º e 6º da Lei nº 12.485/2011.

Em complemento, como alternativa para enfrentar eventual concentração vertical no mercado de provimento de audiovisual — principal objetivo dos arts. 5º e 6º da Lei do SeAC —, propomos alterar o art. 8º da referida norma. No texto proposto, estabelecemos salvaguardas que expressamente descrevem algumas hipóteses de condutas que serão consideradas limitação, falseamento ou prejuízo à livre-concorrência no mercado da comunicação social de acesso condicionado. Além disso, também em atendimento a sugestões encaminhadas a esta Relatora, propomos dispositivo que estimula a resolução de conflitos mediante arbitragem.

8. Redefinição da abrangência do conceito de “conteúdos identitários”

Em resposta a sugestões de parlamentares, propomos alteração do conceito de “produtora vocacionada para o conteúdo audiovisual identitário” estabelecido pelo Substitutivo, bem como o seu reflexo sobre o art. 33, § 7º da MP da Ancine. Em lugar de estabelecer a participação societária como critério de participação de segmentos sociais minoritários, propõe-se que o enquadramento a essa categoria seja realizado mediante reserva da maioria das produções audiovisuais de conteúdo identitário, bem como por meio do emprego, para cada projeto identitário, de maioria dos profissionais de maior protagonismo na área oriunda de minorias.

Além disso, definimos, como conteúdo audiovisual identitário aquele que “aborde temas vinculados a mulheres, direitos humanos, pessoas com deficiência, negros e indígenas”. O texto, tal como redigido no Substitutivo anteriormente apresentado, poderia, de fato, criar dificuldades operacionais para a fiscalização da medida proposta, além de poder ser “contornado” com a mera inclusão formal de sócios vinculados a segmentos minoritários, sem que isso necessariamente significasse efetiva ampliação de sua presença nas produções. Justifica-se, assim, a alteração do Substitutivo proposto.

9. Ampliação do prazo de vigência da política de estímulo à produção de conteúdo audiovisual brasileiro

No intuito de preservar os benefícios proporcionados pela política instituída pela Lei do SeAC em 2011, e ampliar sua abrangência para

os conteúdos ofertados em catálogo, propomos que a vigência dessa política seja ampliada em 8 (oito) anos.

10. Condecine-Faturamento

Optamos por fazer, no atual Substitutivo, alguns ajustes e acréscimos nas disposições relativas à regra-matriz da incidência tributária da Condecine-Faturamento, prevista no Substitutivo anteriormente apresentado. Seguindo o regramento estabelecido na MP nº 2.228-1/2001, são incluídos dispositivos relativos ao seu fato gerador e sujeito passivo. A base de cálculo da contribuição é restringida à receita obtida pelos provedores de serviços de internet que prestarem o SeAC e pelo provimento de conteúdo audiovisual, sempre que remunerado por serviço de publicidade. São estabelecidas alíquotas progressivas e suas faixas de aplicação, expressamente delimitadas no texto da lei, nos moldes da legislação do imposto de renda das pessoas físicas. Seguindo os parâmetros aplicáveis na tributação das pequenas e médias empresas, fica isenta a receita anual de até R\$ 4,8 milhões e incidem as alíquotas de: 1% na primeira faixa que vai até R\$ 78 milhões, valor-limite de enquadramento para empresas que apuram o imposto de renda pelo lucro presumido; 2,5% na segunda faixa, entre R\$ 78 e R\$ 300 milhões; e 4% sobre a parcela de receita superior a R\$ 300 milhões, limite de enquadramento de uma empresa como sociedade de grande porte, nos termos da Lei nº 11.638/2007.

Com o intuito de replicar o mecanismo de fomento ao audiovisual brasileiro, presente na Lei nº 12.485/2011 (art. 39, X), até 50% do valor da Condecine devida poderá ser deduzida a partir da consideração de gastos com a contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos audiovisuais brasileiros, estimulando o fomento a partir de percentuais mínimos nas deduções, respectivamente, de: 50%, para a produção brasileira independente; 10% no conteúdo audiovisual identitário; e 30% para produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, do Senhor Deputado Paulo Teixeira; e do Projeto de

Lei nº 9.700, de 2018, das Senhoras Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto; bem como pela APROVAÇÃO das Emendas nº 1, 2 e 3 ao PL nº 8.889/2017, todas do Senhor Deputado Paulo Teixeira; na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora

2019-22115

COMISSÃO DE CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.889, DE 2017

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para disciplinar a oferta de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo e de canais de venda avulsa por meio do Serviço de Acesso Condicionado; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para disciplinar a oferta de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo e de canais de venda avulsa por meio do Serviço de Acesso Condicionado; e dá outras providências.

Art. 2º A Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigor com a supressão de seus arts. 5º e 6º; com as seguintes alterações nos arts. 1º, 2º, 3º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 17, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37 e 41; e com o acréscimo dos seguintes arts. 7º-A, 11-A, 23-A, 23-B, 23-C e 34-A:

“Art. 1º

§ 1º Esta lei se aplica a todos os agentes econômicos que disponibilizam acesso a conteúdos audiovisuais por meio do Serviço de Acesso Condicionado a contratantes residentes no Brasil, independentemente da localização da sua sede ou da sua infraestrutura para a prestação do serviço, observado o disposto no § 2º deste artigo e no parágrafo único do art. 2º desta Lei.

§ 2º Excluem-se do campo de aplicação desta Lei:

I - os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos previstos nesta Lei que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras; e

II - os serviços de oferta de conteúdos audiovisuais disponibilizados de forma avulsa ou organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados que:

a) sejam prestados por pessoas físicas, microempreendedores individuais ou órgãos e entidades sob a responsabilidade de qualquer um dos Poderes Públicos constituídos da República Federativa do Brasil;

b) sejam dedicados ao provimento de conteúdo audiovisual não remunerado, de livre distribuição e acesso gratuito, inclusive nas redes sociais e mídias sociais, cuja seleção dos conteúdos disponibilizados ao público não seja realizada direta ou indiretamente pelo provedor; ou

c) ofertem conteúdos audiovisuais de forma incidental ou acessória ao provimento de conteúdos textuais ou sonoros.

§ 3º A exclusão de que trata a alínea “b” do inciso II do § 2º deste artigo não exime o provedor do cumprimento do disposto nos arts. 32 a 40 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, ainda que a seleção dos conteúdos disponibilizados ao público não seja realizada pelo provedor.” (NR)

“Art. 2º

I – Contratante: pessoa física ou jurídica que contrata serviço de acesso condicionado;

.....

VI - Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado: complexo de atividades que permite a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens,

acompanhadas ou não de sons, que resulta na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a **contratantes**;

.....

X - Distribuição: atividade de entrega de conteúdos audiovisuais a **contratantes** por intermédio de meios eletrônicos quaisquer, próprios ou de terceiros, cabendo ao distribuidor a responsabilidade final pelas atividades complementares de comercialização, atendimento ao **contratante**, faturamento e cobrança, **podendo ser realizada por Distribuidora por Serviço de Valor Adicionado ou por Distribuidora por Serviço de Telecomunicações, neste último caso a quem também caberá a transmissão dos conteúdos, bem como a** instalação e manutenção de dispositivos, entre outras **atividades**;

XI - Empacotamento: atividade de organização, em última instância, de canais de programação **ou catálogos**, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado, a serem distribuídos para o **contratante**;

XII - Espaço Qualificado: espaço total do canal de programação **ou do catálogo**, excluindo-se conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador;

.....

XIV - Modalidade Avulsa de Conteúdo Programado ou Modalidade de Vídeo por Demanda Programado: modalidade de conteúdos audiovisuais organizados em canais de programação e em horário previamente definido pela programadora para aquisição avulsa por parte do **contratante**;

XV - Modalidade Avulsa de Programação ou Modalidade de Canais de Venda Avulsa: modalidade de canais de

programação organizados para aquisição avulsa por parte do **contratante**;

XVI - Pacote: agrupamento de canais de programação **ou catálogos** ofertados pelas empacotadoras às distribuidoras, e por estas aos **contratantes**, excluídos os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32 desta Lei;

.....

XX - Programação: atividade de seleção, organização ou formatação de conteúdos audiovisuais apresentados na forma de:

a) canais de programação, inclusive nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado; e

b) catálogo, na modalidade avulsa de conteúdo em catálogo.

XXI - Programadora Brasileira: empresa programadora que execute suas atividades de programação no território brasileiro e que atenda, cumulativamente, às condições previstas nas alíneas “a” a “c” do inciso XVIII deste artigo e cuja gestão, responsabilidade editorial e seleção dos conteúdos do canal de programação **ou do catálogo** sejam privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

.....

XXIII - Serviço de Acesso Condicionado: serviço de **distribuição cuja fruição** é condicionada à contratação remunerada e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado, de canais de distribuição obrigatória **e de conteúdos na modalidade avulsa de conteúdo em catálogo**, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer, **inclusive da internet, podendo ser prestado por Distribuidora por Serviço de Telecomunicações ou por Distribuidora por Serviço de Valor Adicionado.**

XXIV - Aplicações de Internet: conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet, nos termos da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014;

XXV - Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo: modalidade de conteúdos organizados em catálogo para fruição avulsa por parte do contratante, com ou sem cessão definitiva;

XXVI – Conteúdo audiovisual identitário: conteúdo audiovisual que aborde temas vinculados a mulheres, direitos humanos, pessoas com deficiência, negros e/ou indígenas;

XXVII - Produtora Vocacionada para o Conteúdo Audiovisual Identitário: produtora em que:

a) a maioria dos projetos produzidos, nos 2 (dois) anos anteriores ao de referência, seja de conteúdo audiovisual identitário; e

b) para cada projeto de conteúdo audiovisual identitário produzido, os diretores, roteiristas e atores sejam majoritariamente mulheres, pessoas com deficiência ou autodeclarados pretos, pardos e indígenas;

XXVIII - Catálogo: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados para a finalidade de oferta avulsa, para fruição a qualquer momento ou em horário pré-determinado pela programadora;

XXIX - Distribuidora por Serviço de Telecomunicações: prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo responsável pela distribuição, hipótese em que o serviço de acesso condicionado será considerado serviço de telecomunicações, nos termos do art. 60 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXX - Distribuidora por Serviço de Valor Adicionado: provedor de aplicações de internet que se utilize de

qualquer serviço de telecomunicações como suporte para a distribuição, hipótese em que o serviço de acesso condicionado será considerado serviço de valor adicionado, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXXI – Provedor de Conteúdo Audiovisual Remunerado por Publicidade: prestadora de serviço de telecomunicações ou provedor de aplicações de internet que, simultaneamente:

a) execute a atividade de entrega de conteúdos audiovisuais ofertados de forma avulsa ou organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados a pessoas físicas e jurídicas por intermédio de meios eletrônicos quaisquer, próprios ou de terceiros;

b) seja dedicado prioritariamente ao provimento de conteúdo audiovisual; e

c) seja remunerado por meio de publicidade;

XXXII – Provimento de Conteúdo Audiovisual Remunerado por Publicidade: atividade de entrega de conteúdos audiovisuais executada pelo Provedor de Conteúdo Audiovisual Remunerado por Publicidade.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, equipara-se à distribuidora o Provedor de Conteúdo Audiovisual Remunerado por Publicidade cuja seleção dos conteúdos audiovisuais disponibilizados ao público seja realizada direta ou indiretamente pelo Provedor.” (NR)

“Art. 3º

.....

VII – reconhecimento da igual dignidade e do respeito por todas as culturas;

VIII – defesa da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais para o desenvolvimento nacional;

IX – acesso equitativo;

X – abertura a outras culturas do mundo, para promoção do diálogo intercultural, mantendo-se o respeito às expressões culturais locais, regionais e nacionais;

XI – criação e fortalecimento de expressões culturais por meio da cooperação e solidariedade internacionais, especialmente com os países em desenvolvimento;

XII – promoção da diversidade cultural como meio de perseguir o desenvolvimento sustentável;

XIII – promoção da diversidade racial e de gênero;

XIV – estímulo à produção audiovisual negra e indígena;

XV – promoção da diversidade e pluralidade de gêneros audiovisuais, de modo a contemplar os mais diversos gêneros de produção audiovisual, como drama, comédia, ação, infantil, ficção e documentários.

.....” (NR)

“Art. 7º-A. As programadoras que disponibilizarem Canais de Venda Avulsa ou conteúdos na Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo deverão ofertá-los em condições isonômicas e não discriminatórias para qualquer distribuidora, sendo vedados acordos ou práticas de exclusividade.

Parágrafo único. As empresas que sejam simultaneamente programadoras e distribuidoras deverão garantir a separação funcional dessas atividades.

Art. 8º As normas gerais de proteção à ordem econômica são aplicáveis à comunicação audiovisual de acesso condicionado e a todas as suas atividades.

§ 1º As seguintes condutas configuram limitação, falseamento ou prejuízo à livre-concorrência e à livre-iniciativa, dominação de mercado relevante no segmento do audiovisual, aumento arbitrário de lucros e/ou exercício de forma abusiva de mercado dominante:

I – a imposição, por empacotadora ou distribuidora, na relação comercial com programadora, de qualquer restrição ou prática discriminatória;

II – a disponibilização, por programadora, na relação comercial com empacotadora e/ou distribuidora, de canal de programação ou catálogo licenciado mediante condições não isonômicas e discriminatórias;

III – a concessão de privilégios, sob qualquer hipótese, por prestadora de serviço de telecomunicações, na oferta de acesso patrocinado ou gratuito de conteúdos audiovisuais programados ou produzidos por ela, suas controladas, controladoras ou coligadas;

IV – a discriminação ou degradação do tráfego de dados, por provedor de conexão à internet, no provimento de acesso gratuito ou patrocinado de conteúdo audiovisual, sob qualquer forma.

§ 2º Caberá à Anatel e à Ancine, sem prejuízo das competências atribuídas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a competência para regulamentar e fiscalizar o disposto neste artigo, podendo as agências conduzi-rem, no âmbito de suas atribuições, procedimento arbitral compulsório para resolução de conflitos.” (NR)

“Art. 9º

§ 1º As atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Agência Nacional do Cinema - Ancine no âmbito das competências atribuídas a ela pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

§ 2º A regulação e fiscalização da Ancine não incidirá sobre:

I - serviços de disponibilização, por período de até 3 (três) dias, de conteúdo audiovisual ofertado na Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo, desde que já veiculado anteriormente em serviço de radiodifusão de

sons e imagens ou em canal de programação distribuído por meio de Serviço de Acesso Condicionado; e

II - conteúdos audiovisuais produzidos por pessoas naturais e que sejam ofertados sem fins econômicos, sem lucro e sem associar ou inserir qualquer forma de publicidade aos conteúdos distribuídos, nos termos do regulamento.” (NR)

“Art. 11.

.....

§ 2º A Anatel oficiará às **Distribuidoras por Serviço de Telecomunicações** sobre os canais de programação **ou catálogos** em desacordo com o disposto no caput, cabendo a elas a cessação da distribuição desses canais **ou catálogos** após o recebimento da comunicação.

§ 3º A distribuidora deverá ofertar ao **contratante mecanismo** que permita o bloqueio da recepção dos conteúdos transmitidos.

.....

§ 5º A Ancine oficiará às **Distribuidoras por Serviço de Valor Adicionado** sobre os canais de programação **ou catálogos** em desacordo com o disposto no caput, cabendo a elas a cessação da distribuição desses canais **ou catálogos** após o recebimento da comunicação.” (NR)

“Art. 11-A. A Ancine regulamentará a obrigação de **disponibilização de recursos específicos para acesso das pessoas com deficiência aos conteúdos audiovisuais distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado.**” (NR)

“Art. 12. O exercício das atividades de programação, empacotamento, **provimento de conteúdo audiovisual remunerado por publicidade e distribuição, neste último caso quando realizada por meio de aplicação de internet,** é condicionado a credenciamento perante a Ancine.

.....” (NR)

“Art. 13. As programadoras, empacotadoras e **Distribuidoras por Serviço de Valor Adicionado** credenciadas pela Ancine deverão prestar as informações solicitadas pela Agência para efeito de fiscalização do cumprimento das obrigações de programação, empacotamento, publicidade e **distribuição, e para fins de análise de mercado e obtenção de subsídios para a elaboração de políticas públicas para o setor de audiovisual.**

Parágrafo único. Para efeito de aferição **do cumprimento das obrigações** de que trata esta Lei, além das informações previstas no *caput*, as programadoras e **distribuidoras** deverão apresentar a documentação relativa:

I – à composição do seu capital total e votante, cabendo à Ancine zelar pelo sigilo das informações consideradas confidenciais pela legislação e regulamentação;

II – aos dados sobre a oferta e o consumo de conteúdos audiovisuais e de canais de programação;

III – às receitas auferidas no desempenho das suas atividades; e

IV – aos investimentos realizados na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos audiovisuais de que tratam o art. 23-A desta Lei e os §§ 7º e 8º do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.” (NR)

“Art. 17. Em todos os pacotes ofertados ao **contratante**, a cada 3 (três) canais de espaço qualificado existentes no pacote, ao menos 1 (um) deverá ser canal brasileiro de espaço qualificado.

.....” (NR)

“Art. 23-A. A distribuidora de conteúdos audiovisuais na Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo deverá

investir anualmente, diretamente ou por meio de suas controladas, controladoras ou coligadas, na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos audiovisuais brasileiros que constituam espaço qualificado o equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do seu faturamento bruto, auferido no ano imediatamente anterior, decorrente da exploração da atividade de distribuição de conteúdos audiovisuais na Modalidade Avulsa de Conteúdo em Catálogo, na forma da regulamentação da Ancine.

§ 1º Do percentual de que trata o caput, pelo menos metade deverá ser investido em conteúdos produzidos por produtora brasileira independente, e pelo menos um décimo deverá ser investido em conteúdos produzidos por produtora brasileira vocacionada para o conteúdo audiovisual identitário, em ambos os casos respeitada a relação proporcional de conteúdos produzidos por produtoras brasileiras e produtoras brasileiras independentes.

§ 2º A obrigação de que trata este artigo não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º Para efeitos deste artigo, o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira, e o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira independente, caso seu produtor atenda as condições previstas na alínea “c” do inciso XIX do art. 2º desta Lei.

§ 4º Para efeito do cálculo do faturamento de que trata o caput, também deverão ser consideradas as receitas auferidas pela distribuidora na forma de publicidade.

§ 5º Para efeito do cumprimento do disposto neste artigo, o conteúdo audiovisual brasileiro deverá ser contratado para realização junto a produtora brasileira que não seja controladora, controlada ou coligada a distribuidora ou concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, mesmo que a produtora não detenha direitos patrimoniais sobre o conteúdo.” (NR)

“Art. 23-B. Em caso de comprovada impossibilidade de cumprimento integral do disposto no art. 23-A, nos termos do regulamento, o interessado deverá submeter solicitação de dispensa à Ancine, que, caso reconheça a impossibilidade alegada, pronunciar-se-á sobre as condições e limites de cumprimento desses artigos.” (NR)

“Art. 23-C. Os mecanismos de catalogação, oferta, busca e seleção de conteúdos audiovisuais disponibilizados na Modalidade Avulsa de Conteúdos em Catálogo e na Modalidade de Canais de Venda Avulsa deverão observar as seguintes condições:

I – oferecimento de disposição destacada aos conteúdos audiovisuais definidos nos termos do § 10 do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, de modo a assegurar proeminência destes em relação ao restante do catálogo, na forma do regulamento;

II – a disposição de que trata o inciso I será aplicada aos vários gêneros ou categorias adotados nos mecanismos de busca e de oferta no catálogo.

Parágrafo único. Os dispositivos eletrônicos que oferecerem acesso a conteúdo na Modalidade Avulsa de Conteúdos em Catálogo e Canais de Venda Avulsa deverão garantir condições isonômicas para as distribuidoras, nos termos do regulamento.” (NR)

“Art. 29. A atividade de distribuição por meio do serviço de acesso condicionado é livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, sendo

regida pelas disposições previstas nesta Lei e na regulamentação.

§ 1º A distribuição, **quando realizada mediante a prestação de serviço de telecomunicações, será regida de forma complementar** pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, pela regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **e, quando realizada mediante provimento de serviço de aplicações de internet, será regida pela regulamentação editada pela Ancine.**

§ 2º A atividade de distribuição será regulada e fiscalizada **pela Ancine, quando realizada por Distribuidora de Serviço de Valor Adicionado, e II – pela Anatel, quando realizada por Distribuidora por Serviço de Telecomunicações.” (NR)**

“Art. 30. As distribuidoras e empacotadoras não poderão, diretamente ou por intermédio de suas controladas, controladoras ou coligadas inserir ou associar qualquer tipo de publicidade ou conteúdo audiovisual nos canais de programação, **nos catálogos** ou nos conteúdos audiovisuais avulsos veiculados sem a prévia e expressa autorização do titular do canal de programação, **do catálogo** ou do conteúdo a ser veiculado, respectivamente.” (NR)

“Art. 31.

.....

§ 2º A distribuidora não poderá ofertar aos **contratantes** pacotes que estiverem em desacordo com esta Lei.” (NR)

“Art. 32. A **Distribuidora por Serviço de Telecomunicações**, em sua área de prestação, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, deverá tornar disponíveis, sem quaisquer ônus ou custos adicionais para seus **contratantes**, em todos os pacotes ofertados, canais de programação de distribuição obrigatória para as seguintes destinações:

.....

.....

§ 13. Caso não seja alcançado acordo quanto às condições comerciais de que trata o § 12, a geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, exigir que sua programação transmitida com tecnologia digital seja distribuída gratuitamente na área de prestação do serviço de acesso condicionado, desde que a tecnologia de transmissão empregada pelo distribuidor e de recepção disponível pelo **contratante** assim o permitam, de acordo com critérios estabelecidos em regulamentação da Anatel.

§ 14. Na hipótese de que trata o § 13, a cessão da programação em tecnologia digital não ensejará pagamento por parte da distribuidora, que ficará desobrigada de ofertar aos **contratantes** a programação em tecnologia analógica.

.....

§ 17. Na distribuição dos canais de que trata este artigo, deverão ser observados os critérios de qualidade técnica estabelecidos pela Anatel, sendo que, para os canais de que trata o inciso I, é de exclusiva responsabilidade da prestadora do serviço de acesso condicionado a recepção do sinal das geradoras para sua distribuição aos **contratantes**.

.....” (NR)

“CAPÍTULO VIII

DOS **CONTRATANTES** DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO

Art. 33. São direitos do **contratante** do serviço de acesso condicionado, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e nas demais normas aplicáveis às relações de consumo e aos serviços de telecomunicações:

.....

II - contratar com a **Distribuidora por Serviço de Telecomunicações** os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos necessários à recepção dos sinais;

.....

IV - relacionar-se apenas com a prestadora do serviço de acesso condicionado da qual é **contratante, quando aplicável;**

.....

VI - ter a opção de contratar exclusivamente, de forma onerosa, os canais de distribuição obrigatória de que trata o art. 32, **caso o serviço de acesso condicionado seja prestado por meio de serviço de telecomunicações.**

.....” (NR)

“Art. 34-A. Regulamentação da Ancine disporá sobre a repetição da veiculação de conteúdos nos canais de programação, que deverá levar em consideração, além dos princípios previstos no art. 3º desta Lei, a natureza econômica da atividade de programação e o interesse dos contratantes.” (NR)

“Art. 35. O não cumprimento do disposto nesta Lei por **Distribuidora por Serviço de Telecomunicações** implicará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.” (NR)

“Art. 36. A empresa no exercício das atividades de programação ou empacotamento da comunicação audiovisual de acesso condicionado, **bem como de distribuição, caso a atividade seja exercida por provedor de aplicações de internet**, que descumprir quaisquer das obrigações dispostas nesta Lei sujeitar-se-á às seguintes sanções aplicáveis pela Ancine, sem prejuízo de outras previstas em lei, inclusive as de natureza civil e penal.

.....

§ 1º Na aplicação de sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os **contratantes**, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a

reincidência específica, entendida como a repetição de falta de igual natureza após decisão administrativa anterior.

.....

§ 4º A multa poderá ser imposta isoladamente ou em conjunto com outra sanção, não devendo ser inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nem superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cada infração cometida, **salvo no caso dos §§ 7º e 8º deste artigo.**

.....

§ 7º Em caso de descumprimento do disposto no art. 23-A, o valor da multa será, no mínimo, o correspondente ao montante não integralizado do investimento na contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos audiovisuais, e, no máximo, duas vezes esse valor.

§ 8º Os valores relativos ao § 7º deste artigo serão destinados ao Fundo Nacional da Cultura (FNC) e alocados na categoria de programação específica denominada Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).” (NR)

“Art. 37.

.....

§ 3º As prestadoras de TVC, MMDS, DTH e TVA que tiverem suas outorgas adaptadas para prestação do serviço de acesso condicionado deverão assegurar a continuidade da prestação dos serviços aos seus **contratantes**, com preços similares ou inferiores aos por elas praticados, na mesma área de prestação dos serviços.

.....” (NR)

“Art. 41. Os arts. 16 a **23-C** deixarão de vigor após **20 (vinte)** anos da promulgação desta Lei.” (NR)

Art. 3º O Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido da tabela

constante do Anexo desta Lei, e seus arts. 7º, 32, 33, 35 e 36 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º
.....

XVIII - regular e fiscalizar o cumprimento dos princípios da comunicação audiovisual de acesso condicionado, das obrigações de programação, empacotamento, publicidade e **distribuição, quando realizada por provedor de aplicações de internet**, e das restrições ao capital total e votante das produtoras e programadoras fixados pela lei que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado;

.....
.....” (NR)

“Art. 32.
.....

IV – a distribuição ou o provimento de conteúdo audiovisual, na hipótese dos incisos IV e V do art. 33.

.....” (NR)

“Art. 33
.....

IV – Distribuição de conteúdo audiovisual por serviço de valor adicionado, conforme definições estabelecidas na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011; e

V – Provimento de conteúdo audiovisual remunerado por publicidade, conforme definição estabelecida na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

.....
§ 3º
.....

III - a cada ano, para os serviços a que se refere **os incisos III, IV e V do caput** deste artigo.

.....

§ 6º Para os casos previstos nos incisos IV e V do caput deste artigo, a contribuição incide sobre a receita bruta anual dos serviços referidos nos respectivos incisos, com base em alíquotas estabelecidas progressivamente, conforme tabela no Anexo I a esta Medida Provisória.

§ 7º Do valor da contribuição calculada conforme o disposto no § 6º, poderão ser deduzidos, até o limite de 50% (cinquenta por cento) daquele valor, observado ainda o atendimento dos sublimites especificados no § 8º deste artigo, gastos realizados pelo contribuinte, no ano imediatamente anterior ao do recolhimento do tributo, com a contratação de direitos de exploração comercial e de licenciamento de conteúdos audiovisuais brasileiros que constituam espaço qualificado, definido nos termos do art. 2º, XII, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, na forma do regulamento.

§ 8º Do total de gastos com conteúdos audiovisuais brasileiros a ser deduzido, devem ser produzidos, no mínimo:

I – 50% (cinquenta por cento), por produtora brasileira independente, definida nos termos da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;

II – 10% (dez por cento), por produtora brasileira vocacionada para o conteúdo audiovisual identitário, definida nos termos da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, respeitada a relação proporcional de conteúdos produzidos por produtoras brasileiras e produtoras brasileiras independentes; e

III - 30% (trinta por cento), por produtoras brasileiras estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respeitada a relação proporcional de conteúdos produzidos por produtoras brasileiras e produtoras

brasileiras independentes, conforme critérios e condições estabelecidos pela Ancine.

§ 9º Para efeitos do disposto nos §§ 7º e 8º, o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira, e o conteúdo produzido por brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos será equiparado ao produzido por produtora brasileira independente, caso seu produtor atenda as condições previstas na alínea “c” do inciso XIX do art. 2º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

§ 10. Para efeito do cumprimento do disposto nos §§ 7º e 8º deste artigo, o conteúdo audiovisual brasileiro deverá ser contratado para realização junto a produtora brasileira que não seja controladora, controlada ou coligada a distribuidora do serviço de acesso condicionado ou concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, mesmo que a produtora não detenha direitos patrimoniais sobre o conteúdo.” (NR)

“Art. 35.

.....

VI – a distribuidora por serviço de valor adicionado e o provedor de conteúdo audiovisual remunerado por publicidade, nos termos estabelecidos na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, na hipótese dos incisos IV e V do art. 33, respectivamente.

.....” (NR)

“Art. 36

.....

VII - anualmente, até o dia 31 de março, para os serviços de que tratam os incisos II e IV do art. 32 desta Medida Provisória.” (NR)

Art. 4º As programadoras que exerçam a atividade de seleção, organização ou formatação de conteúdos audiovisuais ofertados a contratantes na modalidade avulsa de conteúdo em catálogo e os provedores de conteúdo audiovisual remunerados por publicidade deverão solicitar credenciamento à Ancine no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 5º Nos 2 (dois) primeiros anos de vigência desta Lei, os percentuais de que trata o art. 23-A da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, serão reduzidos nas seguintes razões:

I - 2/3 (dois terços) no primeiro ano de vigência da Lei;

II - 1/3 (um terço) no segundo ano de vigência da Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único. A tabela constante do Anexo desta Lei e as alterações nos arts. 32, 33, 35 e 36 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, previstos no art. 3º desta Lei, produzem efeitos no ano subsequente ao de publicação desta Lei e não antes de decorridos noventa dias da data de publicação desta Lei.

ANEXO

(Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)

“ANEXO I

.....

Art. 33, incisos IV e V:

Tabela Progressiva Anual

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir (R\$)
Até 4.800.000,00	-	-
De 4.800.000,01 até 78.000.000,00	1	48.000,00
De 78.000.000,01 até 300.000.000,00	2,5	1.218.000,00

De 300.000.000,01 a 1.000.000.000,00	4	5.718.000,00
--------------------------------------	---	--------------

.....”

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora